

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.726.450 - SP  
(2018/0042789-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**PETROS**  
**ADVOGADOS : ERICH ADOLFO SILVA WEINSTOCK - RJ033872**  
**LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895**  
**RECORRIDO : JOSE ALVES DE LIMA**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO GUIMARÃES CURY - SP124083**  
**WANDERLEY DE OLIVEIRA TEDESCHI E OUTRO(S) -**  
**SP110248**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ARTS. 7º, INCISO XI E 202, *CAPUT*, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 438):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL, DE REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.

1. Cuida-se, na origem, de ação de revisão de benefício de complementação de aposentadoria.

2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados

# Superior Tribunal de Justiça

como violados impede o conhecimento do recurso especial.

4. Agravo interno não provido.

Oposto embargos de declaração, estes foram rejeitados às fls. 467/472.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 477/494), alega a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 7º, inciso XI, 93, inciso IX e 202, *caput*, todos da Constituição Federal.

Sustenta que "ao não se pronunciar expressamente sobre as questões agitadas pela Recorrente, o Tribunal maculou de nulidade o v. aresto recorrido, apresentando-se perfeitamente admissível o recurso extraordinário fundado na negativa de prestação jurisdicional (art. 93, IX, da CF), para combater tal restrição".

Aduz, ainda, que "se a própria Constituição houve por bem desvincular a participação nos lucros do salário, não poderia o Tribunal *a quo* ou mesmo o Col. STJ decidir de modo diverso, sob pena de afrontar diretamente a Constituição Federal, segundo a qual não se vincula a participação nos lucros ou resultados no conceito de remuneração".

Alega que "ao acolher o pleito da parte Recorrida no sentido de que sejam pagas diferenças do valor da suplementação das aposentadorias, sem que, para tanto, essa complementação integrasse o seu salário de contribuição, a Eg. e. Quarta Turma (sic) do STJ, malferiu, frontalmente, o disposto no art. 202, *caput*, da Carta Magna".

Apresentadas as contrarrazões às fls. 500/511.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar

# Superior Tribunal de Justiça

provimento ao agravo interno, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

Contudo, pela análise das razões recursais ora apresentadas, verifica-se que a agravante não trouxe qualquer argumento novo apto a modificar as conclusões do *decisum*.

Com efeito, diversamente do que sustentado pela agravante, constata-se que, na petição do recurso especial, realmente foi suscitada a violação de artigos da Constituição Federal e do Regulamento do Plano de Benefícios, além de invocada a aplicação da Súmula 523/STJ, os quais, todavia, não autorizam a interposição de recurso especial, à luz do disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

De outro turno, é certo que o recurso especial não satisfaz o requisito do prequestionamento, haja vista que ausente, no Tribunal de origem, efetivo debate quanto ao conteúdo dos dispositivos legais indicados como violados pela agravante (arts. 113, 114, 125, II, e 236 do CPC/15; 1º, 3º, 5º, 6º, 16, § 2º, 18, § 2º, e 21 da LC 109/2001; da Lei 6.435/77; 468 da CLT; 6º da LC 108/2001; 28, § 9º, "j", da Lei 8.212/91; 43 do CTN; 33 da Lei 9.250).

É de se anotar, outrossim, que não houve, na hipótese, a oposição de embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão do acórdão recorrido, pelo que se mostra inafastável a incidência da Súmula 282/STF.

Por fim, registre-se que, não ultrapassada a barreira da admissibilidade, mostra-se de todo inviável o conhecimento do mérito do recurso especial, ainda que para a aplicação de entendimento firmado em sede de recurso repetitivo. (fl. 432)

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal**.

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno, mantendo decisão de fls. 389/392, em razão da falta de prequestionamento, aplicando o enunciado nº 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento

# Superior Tribunal de Justiça

dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto). 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 7º, inciso XI e 202, *caput*, ambos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente

